

PREFEITURA DE OURO PRETO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir as diretrizes básicas para contratação de empresa de engenharia através do Sistema de Registro de Preços (SRP), em lote único, para a execução de serviços contínuos relacionados a manutenção de infraestrutura de vias públicas e de redes de drenagem de águas pluviais, conforme eventual surgimento das necessidades, no município de Ouro Preto (MG), com fornecimento completo de mão de obra, materiais e equipamentos necessários, conforme especificações, exigências e quantidades unitárias determinadas pela gestão do contrato, não extrapolando as quantidades máximas estabelecidas neste instrumento.

1.1 DA QUANTIFICAÇÃO DE SERVIÇOS

O quantitativo estimado dos serviços baseia-se em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Obras, considerando relatórios de vistoria, registros fotográficos, memorial descritivo e histórico de execução em contratos anteriores.

A seleção dos serviços incluídos na planilha de referência seguiu critérios técnicos claros: priorização de ocorrências recorrentes e críticas, contemplando tanto manutenções preventivas quanto corretivas, com base na frequência das demandas e na demanda reprimida identificada junto à população.

Dada a natureza imprevisível dos danos decorrentes do desgaste natural, ação de intempéries e movimentações do solo urbano, foram estabelecidos tetos máximos por unidade de medida, garantindo flexibilidade à gestão contratual e adequação dos serviços à efetiva necessidade.

O quantitativo estimado, portanto, representa uma **projeção técnica** compatível com a realidade do município, capaz de atender às demandas identificadas e eventuais necessidades supervenientes e/ou emergenciais, assegurando eficiência, economicidade e interesse público.

1.2 DOS PRAZOS E DA PRORROGAÇÃO

O prazo deste contrato é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura da ata pelas partes, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja previsão orçamentária, consenso entre as partes e a vantajosidade das condições seja devidamente comprovada.

Os contratos decorrentes das Atas de Registro de Preços terão vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.3 REAJUSTAMENTO DE PREÇOS CONTRATADOS

Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 12 (doze) meses, contado da data de apresentação da proposta, com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil, do IBGE.

PREFEITURA DE OURO PRETO

O reajuste será formalizado por simples apostila, exceto quando coincidir com a prorrogação contratual, caso em que poderá ser formalizado através de termo aditivo.

Caso a contratada dê causa a atraso na execução do cronograma físico-financeiro, não será aplicado o reajuste sobre as parcelas em atraso, prevalecendo os índices vigentes à época em que as obrigações deveriam ter sido executadas, salvo se a variação for negativa.

1.3.1 FÓRMULAS PARA CÁLCULO DO REAJUSTE

$$Ir = (I1 - I0)/I0$$

I0 - índice correspondente à data da proposta vencedora do certame;

I1 - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor;

Ir - índice de reajustamento;

$$V1 = V0 \times Ir$$

V1 - valor do reajustamento procurado;

V0 - preço original da proposta (valor a ser reajustado).

2 REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, conforme art. 6º, inciso XXXIX da Lei nº 14.133/2021, pois permite o melhor controle das medições das quantidades dos serviços realizados e a lisura na fiscalização e gestão das obras.

Esse regime é apropriado quando:

- Não é possível definir previamente a quantidade exata dos serviços a serem executados;
- Os serviços podem variar conforme as ordens de fornecimento (ou ordens de serviço) emitidas durante a vigência da Ata;
- O contrato decorre de uma Ata de Registro de Preços, cuja execução é feita por demanda.

Nesse modelo, o valor de cada medição será calculado pela multiplicação do quantitativo efetivamente executado pelos preços unitários registrados, garantindo flexibilidade, controle e transparência na aplicação dos recursos públicos.

2.1 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Início da execução do objeto: 7 (sete) dias corridos da emissão da ordem de serviço, sendo este prazo definido como suficiente para execução dos serviços no cronograma físico-financeiro, documento anexo ao orçamento analítico.

Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias e procedimentos de execução do trabalho se dará conforme descrito no Memorial Descritivo anexo a este Termo de Referência e nas metodologias discriminadas no Caderno de Encargos da SUDECAP, da prefeitura de Belo Horizonte.

Obedecendo a gestão do contrato, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

PREFEITURA DE OURO PRETO

2.2 LOCAL E HORÁRIOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços deverão ser realizados dentro do território do município de Ouro Preto, conforme demandado pela gestão do contrato, prioritariamente das 07h00 às 17h00, prioritariamente em dias úteis, exceto quando a execução em finais de semana for mais segura e favorável a população local, sendo estas ocasiões determinadas entre a empresa contratada e a fiscalização.

3 JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art.6, inciso XXI, alínea a, da lei nº 14.133/2021, a presente contratação se enquadra na categoria de "serviços comuns de engenharia", pois o objeto consiste em serviços técnicos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Por tratarem-se de intervenções de manutenção, adequação e adaptação de bens imóveis com preservação de suas características originais, a caracterização técnica do objeto é plenamente satisfeita pelo conjunto composto pelo Termo de Referência, Caderno de Encargos, Composições de Preços Unitários e Memorial Descritivo, os quais definem com precisão as técnicas e materiais a serem empregados, sendo dispensável a elaboração de projetos de maior complexidade técnica ou operacional.

Em estrita observância ao Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação adotada será o Pregão, em sua forma eletrônica, processado sob o rito do Sistema de Registro de Preços (SRP). Este último configura-se como procedimento auxiliar, nos termos do Art. 78, inciso IV, obedecendo às regras gerais descritas no Art. 82 da referida Lei. Esta escolha fundamenta-se na obrigatoriedade legal do uso do pregão para serviços comuns de engenharia e na vantajosidade do registro de preços para objetos de demanda frequente.

No Município de Ouro Preto, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a execução de serviços de engenharia fundamenta-se no Art. 2º, § 1º, do Decreto Municipal nº 8.202/2024. A escolha deste regime justifica-se pela existência de projeto padronizado, caracterizado pela ausência de complexidade técnica e operacional, e pela necessidade de contratações frequentes remuneradas por unidade de medida ou regime de tarefa. Tal modelagem é adequada à natureza do objeto, cujos quantitativos exatos de demanda pontual são de difícil definição prévia, por tratarem-se de manutenções decorrentes de desgastes naturais, intempéries ou eventos supervenientes, garantindo assim a pronta resposta da Administração às necessidades de infraestrutura urbana.

O pregão eletrônico, aplicado no âmbito do SRP:

- **Promove a ampla competitividade e isonomia**, por meio da fase de lances em ambiente eletrônico;
- **Proporciona celeridade e redução de custos operacionais**, ao dispensar novos processos licitatórios para cada intervenção de manutenção;
- **Viabiliza eficiência administrativa**, permitindo a formação de uma ata de registro de preços que assegure o atendimento imediato às demandas do Município.

PREFEITURA DE OURO PRETO

4 DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A infraestrutura viária do Município de Ouro Preto/MG, composta por pavimentações, dispositivos de contenção, redes de drenagem de águas pluviais e demais elementos de conservação urbana, demanda manutenções periódicas e corretivas, em razão do desgaste natural provocado pelo tráfego constante de veículos, pelas condições climáticas adversas, pela ação de intempéries e até mesmo por movimentações naturais do solo. Tais fatores, quando não tratados tempestivamente, comprometem o bom funcionamento da cidade, a segurança da população e a preservação do patrimônio público.

A realização de manutenções conservativas e preventivas em vias públicas e sistemas de drenagem pluvial tem por objetivo evitar que pequenas ocorrências evoluam para danos de maior gravidade, que poderiam demandar contratações emergenciais e onerosas, resultando em custos significativamente mais altos para o Município. Dessa forma, a contratação ora justificada representa medida de planejamento responsável, ao priorizar a atuação preventiva e contínua, reduzindo riscos e assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O histórico de solicitações registradas junto à Secretaria Municipal de Obras, aliado aos relatórios técnicos e fotográficos produzidos em vistorias realizadas ao longo do contrato atualmente vigente, evidencia a necessidade de continuidade e **ampliação dos serviços**, diante da existência de demanda reprimida que precisa ser atendida. Os documentos que instruem este processo, como o memorial descritivo, relatórios de vistoria e registros fotográficos, detalham a situação encontrada e fundamentam tecnicamente a presente contratação.

Portanto, a medida visa garantir a conservação adequada da infraestrutura urbana, a segurança dos cidadãos e a eficiência do gasto público, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

A contratação do objeto através de ata, realizada pelo próprio município, dispensa a realização de reserva orçamentária do favor global da planilha, podendo ser empenhado de acordo com o surgimento de demandas.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A discriminação pormenorizada das técnicas utilizadas para a realização de manutenções periódicas em serviços relacionados a pavimentação de vias públicas e rede de drenagem de águas pluviais está no Memorial Descritivo e em planilha orçamentária, ambos em anexo.

O objeto tem como critério de análise as solicitações de manutenções de infraestrutura urbana, especificamente pavimentação de vias públicas e de redes de drenagem de águas pluviais, no município de Ouro Preto (MG) ao longo dos últimos anos e nas vistorias realizadas em 2025, que diagnosticaram um processo dinâmico de desgaste na malha urbana.

A seleção dos serviços, definida pelo Departamento de Infraestruturas, visa garantir a eficiência do escoamento superficial e a trafegabilidade, assegurando que o ciclo de monitoramento e reparo

PREFEITURA DE OURO PRETO

permanente impeça que patologias funcionais evoluam para falhas estruturais de maior complexidade, preservando a segurança pública e a integridade do patrimônio municipal.

6 AVALIAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços propostos devem ser suficientes para remunerar integralmente os serviços, abrangendo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, alimentação, EPIs, além de todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes, diretas ou indiretas, necessárias à perfeita execução contratual.

Para contratação de obras, materiais e equipamentos com a administração pública municipal, os preços de insumos e a composição dos preços de referência adotarão, obrigatoriamente, o regime de desoneração da folha de pagamento (CPRB – contribuição previdenciária sobre receita bruta), conforme disciplinado na lei nº 12.546/2011, em estrita observância ao Art. 23, § 2º, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e ao Art. 4º, inciso II do Decreto Municipal nº 8.202/2024.

Na hipótese de serviços indispensáveis à execução do objeto que não constem nas tabelas de referência mencionadas, a Prefeitura de Ouro Preto elaborará composições de custos unitários próprias, fundamentadas em insumos de fontes oficiais desoneradas ou, subsidiariamente, em pesquisa de mercado devidamente instruída nos autos.

O valor global da proposta será consolidado pelo somatório dos custos diretos — fundamentados em planilhas de referência oficiais desoneradas — acrescido do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), o qual deverá ser detalhado pela licitante em composição própria.

6.1 CÁLCULO DO B.D.I PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

Denomina-se Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) o elemento orçamentário destinado a cobrir todas as despesas que, num serviço ou num empreendimento como um todo, segundo critérios claramente definidos, classificam-se como indiretas e, também, necessariamente, atender o lucro. O BDI é calculado como uma taxa percentual, que é aplicada sobre os custos diretos orçados para a execução do serviço ou obra. O preço final do serviço ou empreendimento é obtido somando-se a esses custos diretos a parcela correspondente ao BDI, ou seja, para se obter o valor total de um serviço de construção civil deve ser aplicada a seguinte relação matemática:

$$PV = PC \times (1 + BDI)$$

PV (ou CT) = preço de venda (ou custo total);

PC (ou CD) = preço de custo (ou custo direto);

Para o cálculo do BDI (bonificações e despesas indiretas) de obras públicas, esta taxa é calculada pela fórmula determinada no acórdão do TCU nº 2.622/2013:

PREFEITURA DE OURO PRETO

$$BDI = \frac{(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

AC = administração central;

R = risco;

DF = despesas financeiras;

T = tributos;

SG= seguro e garantia;

L = lucro.

O acórdão do TCU nº 2.622/2013 diferencia o BDI para realização de obras públicas obedecendo enquadramento do empreendimento, dentro de 5 classificações, sendo elas:

1. Construção de edifícios;
2. Construção de rodovias e ferrovias;
3. Construção de redes de abastecimento de redes de água, coleta de esgoto e correlatas;
4. Construção e manutenção de estações de redes de distribuição de energia elétrica;
5. Obras portuárias, marítimas e fluviais.

6.2 BDI DO CONTRATO

Este contrato se enquadra na classificação de “Construção de rodovias e ferrovias”, usado também para contratação de obras de infraestrutura em geral, detalhado no orçamento analítico, em anexo a este documento.

Item	COMPONENTES	%
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	3,80%
2	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,02%
3	SEGURO E GARANTIA (SG)	0,32%
4	RISCO (R)	0,50%
5	TRIBUTOS (T)	13,15%
6	LUCRO (L)	6,64%
$BDI = \frac{(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - T)} - 1$		29,77%

6.3 PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

As planilhas orçamentárias foram desenvolvidas obedecendo às legislações que estabelecem regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública para a elaboração de orçamentos de referência, contratados e executados com recursos de orçamentos públicos, tais como:

- a) A lei federal nº 14.133/2021 que define as diretrizes para a orçamentação e contratação de obras e serviços comuns de engenharia, arquitetura e correlatos;
- b) Decreto municipal nº 8.202/2024, que dispõe sobre a regularização do sistema de preços no município de Ouro Preto (MG);

PREFEITURA DE OURO PRETO

- c) O decreto federal nº 7.983/2013 que estabelece as regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência, definindo a utilização do SINAPI e SICRO como tetos de preços unitário;
- d) O acórdão do Tribunal de Contas da União nº 2.622/2013 que: atualiza a fórmula do BDI (bonificações e despesas indiretas) para obras públicas; discorre sobre os itens que compõe atualmente esta fórmula, bem como os limites mínimos, médios e máximos destes componentes; classifica as obras de engenharia em tipologias, definindo também os intervalos percentuais dos limites dos componentes da fórmula de BDI para cada uma delas; define a fórmula de BDI para contratação de materiais e equipamentos, com o detalhamento dos limites mínimos, médios e máximos dos itens componentes; define os intervalos percentuais para contratação de administração local em obras públicas;
- e) A Lei Federal nº 12.546/2011 e Acórdão TCU nº 13.161/2015 que estabelecem o regime de Desoneração da Folha de Pagamento, com a aplicação da alíquota de 4,50% referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) na composição do BDI, nos casos em que houver a desoneração da folha de pagamento de funcionários das empresas que firmarem contratos com a Administração Pública (nestes casos, este item é acrescido à fórmula de BDI no componente referente aos tributos);
- f) Aplicação subsidiária de demais leis, decretos, portarias e instruções normativas vigentes que regem a orçamentação pública e a execução de serviços de engenharia e arquitetura.

6.4 CPRB (CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA)

O regime de desoneração da folha de pagamento, instituído pela Lei Federal nº 12.546/2011, consiste na substituição da contribuição previdenciária patronal de 20% (vinte por cento) incidente sobre a folha de salários pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Para as atividades de construção civil e serviços de engenharia abrangidos pela norma, a alíquota da CPRB foi fixada em 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), conforme as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.161/2015 e ratificadas pelo Acórdão TCU nº 13.161/2015.

A aplicação deste regime impacta diretamente a estrutura de custos da contratação, exigindo que o percentual correspondente seja incluído na composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) no grupo de tributos, em contrapartida à exclusão da cota patronal de 20% no cálculo dos Encargos Sociais incidentes sobre o custo direto da mão de obra.

6.5 PREÇOS DE SERVIÇOS E INSUMOS

Para a orçamentação e contratação de obras, materiais e equipamentos, o Município de Ouro Preto adotará, obrigatoriamente, os preços de insumos e serviços sob o regime de desoneração da

PREFEITURA DE OURO PRETO

folha de pagamento, em conformidade com o Art. 23, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, advindos de planilhas de referências oficiais.

Na ausência de preços para serviços específicos indispensáveis à execução do objeto nas tabelas supramencionadas, a Prefeitura de Ouro Preto elaborará Composições de Custos Unitários próprias. Tais composições deverão, obrigatoriamente, utilizar preços unitários de insumos advindos das planilhas oficiais referenciadas e, somente em caráter subsidiário e devidamente justificado, preços obtidos por meio de pesquisa de mercado.

7 DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo global estimado pela Secretaria de Obras para esta contratação é de R\$ 21.589.086,02 (Vinte e um milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitenta e seis reais e dois centavos), com incidência de BDI de 29,77%, com preços unitários apurados pelos órgãos SINAPI MG (02/2026), SICRO (10/2025), SUDECAP BH (10/2025) e SETOP LESTE (01/2026), responsáveis por obras públicas no Brasil e no Estado de Minas Gerais.

8 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos provenientes das dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE OBRAS

DOTAÇÃO: 02.34.01.15.451.0104.2304.3.3.90.39.00

FICHA 1392 - FR 1.708.000 - C.A. 0000

9 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma DE PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, EM LOTE ÚNICO.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, em lote único, com base nos seguintes fundamentos técnicos e administrativos:

- Os itens são interdependentes ou de uso conjunto;
- Existe necessidade de padronização técnica;
- O fracionamento comprometeria a qualidade, eficiência ou economicidade da execução.
- Facilidade na gestão contratual, evitando a multiplicação de contratos e responsabilidades, e permitindo melhor acompanhamento das obrigações contratuais, prazos e desempenho;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- Simplificação da fiscalização e controle, visto que a execução do serviço se dará de forma integrada, sob a responsabilidade de um único contratado, promovendo mais clareza na aplicação de penalidades e no controle de qualidade.

A estruturação do certame em lote único está em conformidade com o art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite a **aglutinação de itens tecnicamente interdependentes**, desde que isso represente **vantagem para a Administração Pública**, o que se verifica claramente neste caso, atendendo ao interesse público e aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

A **seleção da proposta** se dará pelo atendimento de todas as exigências deste documento, apresentação de todos os atestados necessários, culminando com a seleção da proposta de **menor preço global**.

10 PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA OU VALOR SIGNIFICATIVO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A definição das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo é premissa fundamental para o estabelecimento dos critérios de habilitação, encontrando amparo direto no Art. 67, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. Este conceito abrange os componentes do objeto licitado que, por sua magnitude econômica ou complexidade técnica, exercem impacto decisivo no sucesso da execução contratual e no atendimento ao interesse público.

Sob o prisma da relevância técnica, o Município de Ouro Preto identifica aquelas etapas que exigem expertise ou metodologias executivas singulares, cuja condução demanda profissionais com experiência comprovada para assegurar a integridade e a funcionalidade do serviço. Complementarmente, o critério de valor significativo recai sobre os itens que representam as maiores concentrações de custo no orçamento de referência, influenciando de forma preponderante o equilíbrio financeiro da contratação.

Assim, a delimitação destas parcelas não possui caráter meramente descritivo, mas atua como balizador para a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional e profissional. Tal medida visa garantir que a futura contratada detenha o suporte técnico necessário para a plena execução do objeto, limitando-se, todavia, ao estritamente essencial para preservar a ampla competitividade do certame e a isonomia entre as licitantes.

As parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo deste objeto de licitação, são:

1. Fornecimento e lançamento de tubo de concreto, com junta rígida (total 900,00m / 50%: 450,00 m - quantidade mínima);
2. Fornecimento e lançamento em tubo de PVC rígido (total 2.100,00 m / 50%: 1.050,00 m - quantidade mínima);

PREFEITURA DE OURO PRETO

3. Fornecimento e lançamento em tubo corrugado PEAD (total 1.650,00 m / 50%: 825,00 m - quantidade mínima);
4. Rebaixamento de tampão de poço de visita (120,00 unidades / 50%: 60,00 unidades)
5. Alçamento de tampão de poço de visita (120,00 unidades / 50%: 60,00 unidades)
6. Recomposição/execução de pavimentação em alvenaria polidétrica (total: 61.800,00 m² / 50%: 30.900,00 m² - quantidade mínima);
7. Remoção manual de pavimentação intertravada de concreto (total: 11.200,00 m² / 50%: 5.600,00 m² - quantidade mínima);
8. Recomposição/execução de pavimentação utilizando piso intertravado de concreto (total: 1.120,00 m² / 50%: 560,00 m² - quantidade mínima);
9. Recomposição/execução de pavimentação em paralelepípedos (total: 5.700,00 m² / 50%: 2.850,00 m² - quantidade mínima);
10. Alvenaria de vedação em blocos de concreto (total: 1.680,00 m² / 50%: 840,00 m² - quantidade mínima);

Para a participação no certame, as empresas interessadas deverão apresentar atestados destes serviços.

10.1 DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS DAS PROPOSTAS

Valor máximo R\$ 21.589.086,02 (Vinte e um milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitenta e seis reais e dois centavos);

- a) A licitante deve apresentar preços exequíveis, de acordo com o estabelecido na lei 14.133/2021 (**no valor global, dos itens e subitens da planilha**), na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- b) Vedação ao Jogo de Planilhas (Limite por Item): Não serão aceitas propostas que apresentem preços unitários superiores aos preços unitários do orçamento de referência, ainda que o valor global da proposta seja inferior ao orçamento máximo estimado. Eventuais aditivos contratuais que incluam novos itens deverão manter o desconto global ofertado na licitação, preservando a equação econômico-financeira original (Art. 128 da Lei nº 14.133/2021).
- c) Os quantitativos e preços unitários da contratada deverão ser arredondados com, exatamente, duas casas decimais;
- d) BDI da contratada deve ser arredondado com, exatamente, quatro casas decimais;
- e) Para fins de descontos de preços, serviços que apresentem a mesma descrição e código de referência em planilhas setoriais, devem ter exatamente o mesmo valor unitário.

PREFEITURA DE OURO PRETO

11 APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES

- a) Certidão **atualizada** de registro da Empresa Licitante em qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- b) A empresa interessada em participar do certame devem indicar profissional, que deve apresentar qualificação técnica das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, definidas no presente instrumento convocatório, validados por CAT (certidão de acervo técnico), emitida pelo respectivo conselho;
- c) Certidão **atualizada** do registro do profissional indicado emitida por respectivo conselho fiscalizador (CAU ou CREA);
- d) Declaração formal assinada por responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, conforme Art. 6º, inciso XXIII da Lei 14.133/2021;
- e) Declaração do profissional responsável técnico indicado pela empresa de que não desempenha atividades como servidor público com dedicação exclusiva no território nacional e/ou professores em instituições públicas de ensino com dedicação exclusiva no território nacional.

12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL DA CONTRATADA

12.1 COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Sendo atendidas as especificidades dos serviços necessários para execução do objeto, deve a empresa apresentar certidão de registro da Empresa Licitante em qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Certidão de Registro da Empresa Licitante no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

A empresa interessada em participar do certame devem indicar profissional, que deve apresentar qualificação técnica das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, definidas no presente instrumento convocatório.

- a) Atendendo o princípio da isonomia na Administração Pública, deve a empresa indicar técnico/a especializado/a de nível superior que poderá ser arquiteto/a ou engenheiro/a civil, destacado/a para a realização do objeto ora licitado;
- b) Comprovação do registro do profissional indicado em seu respectivo conselho fiscalizador (CAU ou CREA), através de apresentação de certidão de registro atualizada, emitida pelo respectivo conselho;
- c) Comprovação de que a Licitante possui vínculo jurídico com o profissional indicado (Arquiteto/a, ou Engenheiro/a civil) que poderá ser feita através de cópia autenticada de:
- d) Quando sócio – última alteração contratual;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- i. Quando do quadro Permanente ou contratado – Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhada de cópia da Ficha de Registro de empregado devidamente autenticada pelo Ministério do Trabalho, Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GEFIP) e sua respectiva (RE);
- e) Quando prestador de Serviço – Contrato de Prestação de Serviço;
 - i. Em Outro Caso: Declaração de existência de Vínculo Jurídico na data da Contratação;
- f) Qualificação técnica propriamente dita
 - i. Quando o profissional indicado pela empresa for engenheiro civil: Qualificação técnica e demonstração de experiência do profissional engenheiro civil membro da equipe técnica, em nível Federal, e/ou Estadual e/ou Municipal; responsável técnico indicado pela empresa para execução da obra, através da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **validados por CAT** (certidão de acervo técnico) e/ou ART (anotação de responsabilidade técnica) relacionadas à execução de obra ou serviço de características semelhantes e de complexidades tecnológicas e operacionais equivalentes, **em quantidade mínima de 50,00% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância**, não sendo aceitos CAT/atestados de serviços de atribuição exclusiva de arquitetos, conforme resoluções do CAU, CONFEA e legislações federais;
 - ii. Quando o profissional indicado pela empresa for arquiteto: Qualificação técnica e demonstração de experiência do profissional arquiteto membro da equipe técnica, em nível Federal, e/ou Estadual e/ou Municipal; responsável técnico indicado pela empresa para execução da obra, através da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **validados por CAT** (certidão de acervo técnico) e/ou RRT (registro de responsabilidade técnica) relacionadas à execução de obra ou serviço de características semelhantes e de complexidades tecnológicas e operacionais equivalentes, **em quantidade mínima de 50,00% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância**, nas atividades de atribuição exclusiva de arquitetos, definidas nas resoluções do CAU, CONFEA e legislações federais;
- g) A substituição dos profissionais detentores de atestados de responsabilidade técnica poderá ser realizada durante a obra por outro(s) que detenha as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos julgados relevantes e mediante o aceite pela Contratante;

13 SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação parcial do objeto é admitida por conta e risco da Contratada, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, desde que previamente autorizada

PREFEITURA DE OURO PRETO

pela gestão do contrato e observadas as seguintes condições, em conformidade com o Art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- **Vedação às Parcelas de Maior Relevância:** É estritamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, conforme definidas neste Termo de Referência, as quais devem ser executadas direta e obrigatoriamente pela Contratada.
- **Responsabilidade Integral:** A autorização para subcontratar não exime a Contratada de sua responsabilidade integral e exclusiva pela perfeita execução contratual. Cabe-lhe, de forma indelegável, a supervisão, coordenação e fiscalização das atividades da subcontratada, respondendo perante o Município de Ouro Preto por qualquer irregularidade ou descumprimento das obrigações contratuais.
- **Vedações Subjetivas:** Não será admitida a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que tenham participado do procedimento licitatório, que estejam impedidas de licitar ou que se enquadrem nas vedações de nepotismo previstas na legislação vigente.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14 CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- a) A Contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que a prestação do serviço seja feita em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.
- b) A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços propostos atendendo a todas as especificações técnicas e planilhas de custo.
- c) A CONTRATADA deverá fornecer e se responsabilizar por quaisquer despesas com materiais, equipamentos, pessoal, transporte, impostos, alimentação de pessoal, equipamentos de segurança, obrigações sociais trabalhistas e quaisquer demais despesas decorrentes da execução do serviço.
- d) O material utilizado como insumo para a execução destas atividades deverá atender as normas da ABNT.
- e) A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de segurança para os operários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT, devendo estar em perfeitas condições de uso e em número suficiente para os serviços contratados.
- f) A CONTRATADA deverá promover o transporte dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, bem como do pessoal até o local dos trabalhos.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- g) A CONTRATADA deverá manter os locais das intervenções/serviços devidamente sinalizados com placas, cones e cavaletes e manter o local do serviço limpo e desembaraçado, durante todo o decorrer da execução dos serviços e para tal, providenciara constantemente a remoção de todo o entulho e o material excedente.
- h) Todos os procedimentos deverão cumprir o que estabelece a NR-18 referente a Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- i) Caso o serviço apresente irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, à CONTRATANTE solicitará, através do registro no diário de obras, a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O atraso na correção dos mesmos acarretará a aplicação das penalidades cabíveis.
- j) A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a fiscalização e supervisão da Prefeitura à inspeção dos serviços em qualquer dia e horário, prestando todas as informações necessárias.
- k) A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários uniformes novos e crachás de identificação com o nome e função desempenhada.
- l) Deverá ser disponibilizado pela contratada no local de trabalho, banheiros para uso de seus funcionários, bem como, álcool em gel e água potável.
- m) A CONTRATADA deverá disponibilizar ainda, local adequado para guarda de refeições que os funcionários levam consigo.
- n) A CONTRATADA deverá apresentar ao Município, sempre que solicitado, ficha ou registro de empregados, comprovantes de cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança em geral.
- o) A CONTRATADA deverá comunicar à Secretaria Municipal de Obras, com antecedência e por escrito, com o devido aceite da fiscalização no diário de obras, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em partes.
- p) A justificativa de quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos previstos acima somente será considerada se apresentada por escrito no diário de obras, após aprovação da Secretaria Municipal de Obras.
- q) A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo.
- r) A Contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- s) A Contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, inclusive sociais e salariais dos empregados, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para execução dos serviços.
- t) A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

15 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1.1 RELATIVO À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- c) Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade relativa a seguridade social;
- d) Prova de regularidade com a fazenda federal, por meio da apresentação do seguinte:
- e) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Tributos federais emitida pela Secretaria da Receita Federal, comprovando sua regularidade com a Fazenda Federal;
- f) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal;
- g) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com as fazendas estadual e municipal do domicílio ou sede da Licitante.

15.1.2 COM RELAÇÃO À EXECUÇÃO DO OBJETO

- a) A Contratada sempre deverá dispor de responsável técnico para dar assistência ao seu pessoal durante a execução do Contrato, capaz de tomar todas as decisões relacionadas com os compromissos assumidos;
- b) O responsável técnico será o responsável pela execução dos serviços, tendo autoridade para atuar em nome da contratada e recebendo as instruções e decisões da gestão do contrato;
- c) A Contratada deverá fornecer, a pedido da gestão do contrato e a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- d) Para os serviços que forem ajustados, caberá à Contratada fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado, e a contratar mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de pessoal que possa assegurar o progresso satisfatório aos serviços.
- e) À Contratada caberá a responsabilidade pelas instalações do seu pátio de serviços, inclusive o estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender às necessidades dos serviços, bem como às de outros contratados, na forma contratual;
- f) A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a terceiros e representantes da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a Prefeitura Municipal de Ouro Preto de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- g) Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por:
 - i. Acidentes de trabalho,
 - ii. De execução de serviços contratados;
 - iii. Uso indevido de patentes registradas;
- h) Ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, pela destruição ou danificação do serviço em execução, até o definitivo aceite do ocorrido pela gestão do contrato, bem como pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública;
- i) Nos preços unitários propostos estão incluídos os valores dos materiais, transporte, do fornecimento de mão-de-obra, dos encargos sociais e fiscais, das ferramentas e equipamentos, da administração, do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços;
- j) A Contratada deverá satisfazer, por sua conta, as obrigações relacionadas com as leis trabalhistas e sociais, com o seguro de acidentes de seus operários ou empregados, bem como a quitação das exigências municipais, estaduais ou federais, sendo os comprovantes apresentados à gestão do contrato, quando exigidos;
- k) A Contratada deverá manter em arquivo adequado todos os documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, permitindo o acesso aos mesmos pela gestão do contrato sempre que solicitado;
- l) Salvo menção em contrário, devidamente explicitada, todos os preços unitários e/ou globais incluem, em sua composição, dentre outros, os custos relativos a:
- m) Materiais: fornecimento, carga, transporte, descarga, estocagem, manuseio e guarda de materiais;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- n) Mão-de-obra: funcionários da Contratada ou de subcontratadas previamente autorizadas pela Contratante, seu transporte, alojamento, alimentação, assistência médica e social, equipamentos de proteção individual, tais como luvas, capas, botas, capacetes, máscaras e quaisquer outros necessários à segurança e proteção pessoal;
- o) Veículos e equipamentos: disponibilização, operação e manutenção de todos os veículos e equipamentos de sua propriedade ou locados, necessários à execução dos serviços;
- p) Ferramentas, aparelhos e instrumentos: disponibilização, operação e manutenção das ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade ou locados, e necessários à execução dos serviços;
- q) Materiais de consumo: combustíveis, graxas, lubrificantes e demais materiais de uso geral;
- r) Equipamentos de proteção individual e coletiva dos funcionários e construções, veículos e pedestres próximos aos locais de trabalho, tais como: cavaletes, cones de sinalização, telas protetoras para roçadeiras, etc;
- s) Ônus diretos e indiretos: encargos sociais e administrativos, impostos, taxas, amortizações, seguros, juros, lucros e riscos, horas improdutivas de mão de obra e de equipamentos, e quaisquer outros encargos relativos ao BDI;
- t) A boa qualidade e perfeita eficiência dos materiais, trabalhos e instalações a cargo da Contratada - condição prévia e indispensável ao recebimento dos serviços – serão, sempre que necessários, submetidos a verificações, ensaios e provas para tal fim aconselháveis;
- u) Contratada deverá providenciar e manter em bom estado a sinalização dos locais de serviço;
- v) Contratada não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela gestão do contrato, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança individual ou coletiva;
- w) A contratada deverá comunicar à Secretaria Municipal de Obras, com antecedência, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte;
- x) A existência da supervisão/fiscalização, não exime a responsabilidade da contratada, respondendo esta pelos métodos construtivos utilizados nos serviços, assim como pelos materiais neles empregados. De igual maneira, a contratada responde integralmente pela segurança do pessoal na obra.
- y) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior,

PREFEITURA DE OURO PRETO

- comprovadamente, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 30 (trinta) dias, após a sua ocorrência;
- z) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
 - aa) Reparar o objeto ou parte dele considerada defeituosa, ou rejeitado pelo gestor desta contratação e/ou que venha a apresentar defeitos graves de execução ou ainda que tenha sido danificado pela CONTRATADA ou preposto seu;
 - ab) Promover a entrega do objeto no prazo, local e condições propostas na licitação e contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
 - ac) Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste termo de referência e memorial descritivo;
 - ad) Responsabilizarem-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;
 - ae) Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.
 - af) Além da garantia legal, a CONTRATADA deve assumir uma garantia contratual adicional de 5 anos, conforme determina o Código Civil Brasileiro.

15.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Promover o recebimento do objeto e ou serviço do presente contrato nos prazos fixados;
- b) Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos neste termo;
- c) Fornecer à CONTRATADA a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar os relatórios de visita, quando necessário;
- d) Notificar o contratado, quando houver necessidade, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades na execução dos serviços;
- e) Zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, zelando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas manuseiem;
- f) Notificar o contratado, quando houver necessidade, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades na execução dos serviços;
- g) Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;
- h) Realizar o controle da execução orçamentária;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- i) Efetuar memórias de cálculos de todos os serviços executados, que servirão de subsídio para as medições mensais;
- j) Realizar os serviços técnicos necessários às medições dos serviços executados pela contratada;
- k) Requisitar para a empresa CONTRATADA a necessidade de aumento ou diminuição dos serviços prestados, dentro dos limites legais possíveis;
- l) Requisitar para a empresa CONTRATADA a substituição dos empregados da mesma sempre que ocorrerem problemas na prestação dos serviços;
- m) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou sem o EPI necessário a execução do serviço, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização;
- n) A gestão do contrato poderá exigir o afastamento e/ou substituição imediata do empregado, que adote posturas inadequadas ao serviço ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- o) Proceder as vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados por meio da gestão do contrato, que anotarás as ocorrências, em livro próprio, dando ciência ao supervisor, determinando sua imediata regularização.

16 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A Contratada obriga-se a disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à plena e perfeita execução do objeto, observando-se as especificações de qualidade, desempenho e quantidades estabelecidas no Memorial Descritivo e nas Planilhas Orçamentárias.

- **Padrões de Qualidade e Normatização:** Os materiais e equipamentos a serem empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e estar em estrita conformidade com as normas técnicas da **ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)** e, na sua falta, com as normas internacionais consagradas.
- **Referenciais de Consumo:** As quantidades descritas nas planilhas de referência servem como parâmetro mínimo para a orçamentação e balizamento da execução, não eximindo a Contratada de prover quantitativos adicionais que se façam necessários para atingir o padrão tecnológico exigido pelo Município de Ouro Preto, sem ônus adicional à Administração, salvo em casos de alteração de escopo devidamente pactuada.
- **Equipamentos e Ferramental:** A Contratada deverá manter no canteiro de serviço todos os equipamentos e ferramentas adequados às metodologias executivas propostas, garantindo a segurança dos operadores e a celeridade do cronograma físico-financeiro.

PREFEITURA DE OURO PRETO

17 SANÇÕES

Nos casos de inexecução, total ou parcial, do contrato, ou por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

- a) A advertência, realizada por escrito, pelo Departamento de Licitações e Contratos, será emitida quando a licitante, fornecedora ou a contratada descumprir qualquer obrigação que é de sua competência, sendo aplicada nos seguintes casos:
 - i. Quando houver atraso na entrega dos documentos exigidos;
 - ii. Quando a licitante ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
 - iii. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
 - iv. Quando houver atraso de qualquer fase da licitação, por parte da licitante, sem justificativa pertinente ao certame.
- b) A advertência será expedida, também, pelo Ordenador de Despesas competente, orientado pelo fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, nos seguintes casos:
 - i. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou dar causa ao retardamento no início da execução do seu objeto, por um período superior a 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
 - ii. Quando se tratar de execução de serviços e seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma aprovado, não justificado pela empresa contratada.
 - iii. Quando houver descumprimento, por parte da licitante, de qualquer outra obrigação referente ao objeto da licitação, sendo a advertência fundamentada em documento específico e devidamente registrada.
- c) A multa será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas, quando o contrato não for assinado, por qualquer motivo, no prazo fixado; quando houver atraso injustificado na execução do objeto da licitação; ou quando houver inexecução, total ou parcial, do mesmo, sendo aplicada nos seguintes percentuais máximos:
 - i. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizado ou da etapa não cumprida do cronograma físico;
 - ii. 5% (cinco por cento) sobre o valor da medição, no caso de atraso injustificado de sua apresentação, previamente estabelecida no contrato;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- iii. 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando o licitante se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de serviços, por um período de 05 (cinco) dias úteis, contado do vencimento do prazo para assinatura ou retirada;
 - iv. 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, do serviço não realizada, nos casos em que houver atraso superior a 30 (trinta) dias ou entrega do objeto com vícios e/ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso, ou, ainda, diminuam o seu valor.
 - v. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.
- d) A multa será formalizada por apostilamento e executada após o regular processo administrativo, sendo oportunizado à contratada o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, observada a seguinte ordem:
- i. Através de desconto no valor da garantia depositada do contrato;
 - ii. Através de desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
 - iii. Através de procedimento administrativo ou judicial de execução.
- e) O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou início dos serviços, no caso de dia de expediente normal, ou no primeiro dia útil seguinte. Poderá ser relevado, através de despacho devidamente fundamentado:
- i. O atraso, não superior a 05 (cinco) dias úteis, na execução do objeto da licitação;
 - ii. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos custos da cobrança.
- f) A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- g) Será aberto processo administrativo, no caso de atraso no cumprimento da obrigação, superior a 30 (trinta) dias com o objetivo de anulação da ordem de serviço e/ou rescisão unilateral do contrato.
- h) A suspensão impedirá, temporariamente, a fornecedora de participar e de contratar com a Administração, seguindo os respectivos prazos:
- i. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante não entregar, no prazo fixado no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, o original ou cópia autenticada, definitivamente, ou, ainda, atrasar, sem justificativa plausível, qualquer fase da licitação, sendo válida, esta última hipótese, para aquelas empresas que já possuam ocorrência anterior registrada em documento oficial;

PREFEITURA DE OURO PRETO

- ii. Por até 01 (um) ano, quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, dar causa ao retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato;
 - iii. Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, com vistas à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
 - iv. Por até 02 (dois) anos quando praticar atos ilícitos com o escopo de frustrar os objetivos da licitação;
 - v. Por até 02 (dois) anos quando receber qualquer das multas previstas e não efetuar os respectivos pagamentos;
 - vi. Por até 02 (dois) anos quando manter comportamento inidôneo.
 - vii. O prazo acima mencionado, será limitado a 05 (cinco) anos.
- i) São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:
 - i. Departamento de Licitações e Contratos, quando o descumprimento ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
 - ii. Ordenador de Despesas, caso o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a ordem de serviços ou assinar o contrato e/ou qualquer outro documento hábil que venha a substituí-lo.
 - j) A penalidade de suspensão será publicada em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal.
 - k) A declaração de inidoneidade, de competência do Secretário Municipal, será aplicada às situações em que se configurar o dolo da empresa contratada no sentido de burlar certames públicos ou quando esta agir com má-fé na execução contratual, causando prejuízos à Administração Pública e/ou aos administrados.
 - l) A empresa será declarada inidônea pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, cessando os seus efeitos com a extinção dos motivos determinantes da punição e com o ressarcimento dos danos eventualmente causados à Administração.

18 GESTOR/FISCAL DO CONTRATO:

Os fiscais do contrato serão os servidores Daniel Inácio, encarregado de serviços de manutenção e Sidney Rogério de Lima, Diretor de Serviços Urbanos, cujo suplente será o servidor Cláudio Evaristo, pedreiro.

O gestor do contrato será o servidor Denilson Junior Castorino, Diretor de Edificações, cujo suplente será o servidor Leandro Augusto da Mata, diretor de projetos complementares.

PREFEITURA DE OURO PRETO

Os servidores supracitados estão lotados na Secretaria Municipal de Obras do Município de Ouro Preto (MG).

19 MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

A sistemática de medição e faturamento fundamenta-se na aferição da execução efetiva do objeto, condicionada ao cumprimento dos padrões de qualidade e desempenho estabelecidos neste Termo de Referência, em observância ao Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.1 AVALIAÇÃO DA MEDIÇÃO DO OBJETO

A avaliação da execução utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, mecanismo que vincula o pagamento ao desempenho da Contratada. O redimensionamento dos valores devidos ocorrerá sempre que houver descumprimento dos indicadores de qualidade, prazo ou quantidade, especificamente quando a Contratada:

- a) não produzir os resultados determinados no Memorial Descritivo ou executá-los com qualidade técnica inferior à exigida pelas normas da ABNT e deste TR;
- b) Utilizar recursos humanos ou materiais em desconformidade (qualidade ou quantidade) com as planilhas de referência e o cronograma aprovado;

A utilização do IMR é subsidiária e não exclui a aplicação de sanções administrativas por inexecução parcial ou total do contrato.

19.2 CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Somente serão medidos itens efetivamente executados, no dia da vistoria mensal para medição;
- b) As medições e aferições serão realizadas através de levantamento no campo dos serviços efetivamente executados, no intervalo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.
- c) A primeira medição será efetuada somente após a apresentação da documentação exigida pelo INSS para essa natureza de contrato, além da apresentação das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART e/ou RRT);
- d) Os boletins de medição dos serviços serão emitidos em duas vias, devendo ser aprovados e assinados pelo responsável técnico da contratada, pela fiscalização e gestão do contrato.

19.2.1 A MEDIÇÃO DEVERÁ CONTER

A medição terá validade mediante as assinaturas do gestor e fiscal em todos os documentos.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- a) Número da medição;
- b) Valor da medição;
- c) Período da medição;
- d) Assinatura do técnico ou preposto responsável (deve ser entregue antes do início dos serviços, documento da Empresa outorgando a responsabilidade técnica ao preposto ou técnico responsável);
- e) Boletim de medição, conforme modelo da Secretaria Municipal de Obras;
- f) Memórias de cálculo de todos os serviços executados durante o período, de acordo com as memórias de cálculo anexas ao certame;
- g) Não será aceito o emprego de metodologia de cálculo divergente a usada para quantificação dos serviços no orçamento analítico, para fins de medição;
- h) Relatório diário dos serviços (diário de obras), apresentando de maneira coerente as horas dos funcionários que trabalharam, a quantidade de horas produtivas e improdutivas de cada máquina, condições climáticas, pontos atendidos, serviços realizados e informações relevantes do serviço;
- i) Relatório fotográfico, assinado pelo RT da empresa e Fiscal da Prefeitura (as fotos deverão datadas e mostrando o serviço executado);
- j) Somente serão medidos serviços registrados em imagem, com a devida data de execução;
- k) Todas as certidões de regularidade fiscal, solicitadas pelo departamento de contabilidade.

19.3 MEDIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A sistemática de medição e pagamento do item relativo à Administração Local fundamenta-se na premissa da proporcionalidade em relação à execução física do objeto, em estrita observância à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 2.622/2013 e nº 1.247/2016 – Plenário) e às diretrizes de orçamentação estabelecidas pelo Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. Este componente abrange a totalidade das despesas fixas e variáveis indispensáveis à manutenção do canteiro e à supervisão técnica, englobando o pessoal de apoio, as equipes de engenharia e segurança do trabalho, bem como a infraestrutura operacional alocada diretamente no local da execução.

Para fins de transparência e eficiência da fiscalização, a **Administração Local deverá estar representada como um item único na planilha contratual**, devendo a sua composição de custos unitários estar detalhadamente instruída nos autos para balizar a verificação dos recursos efetivamente mobilizados.

O faturamento deste item não será processado através de valores mensais fixos ou medições individualizadas dos seus componentes, mas sim mediante a aplicação do

PREFEITURA DE OURO PRETO

percentual correspondente à execução física do período sobre o valor total previsto para a administração da obra.

Ressalte-se que, em caso de eventuais atrasos no cronograma físico-financeiro por culpa exclusiva da Contratada, o pagamento da Administração Local ficará estritamente limitado ao percentual de execução efetiva. É vedada a remuneração de custos excedentes de manutenção de canteiro decorrentes de mora imputável à empresa, garantindo-se que o encargo financeiro da Administração Municipal de Ouro Preto permaneça vinculado ao teto orçamentário originalmente pactuado e ao princípio da eficiência administrativa.

20 DA LIQUIDAÇÃO

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação exigida pela legislação.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

PREFEITURA DE OURO PRETO

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

21 DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- a) As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.
- b) No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018.
- c) A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.
- d) As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- e) As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.
- f) A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.
- g) A CONTRATADA somente transferirá dados pessoais e dados pessoais sensíveis à CONTRATANTE quando houver o consentimento específico do titular, ressalvada as hipóteses da dispensa de consentimentos previstos na Lei Federal nº13.709/2018.
- h) As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes, suas alterações e regulamentações posteriores.
- i) As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.
- j) A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA que preencha o Relatório de Impacto à Privacidade – RIPD, caso entender que o serviço a ser prestado tenha riscos para os dados pessoais a serem coletados.
- k) A CONTRATADA deverá realizar o descarte dos dados pessoais, de forma, segura, após o término do contrato ou quando deixarem de ser necessários ou pertinente para a execução do presente contrato.
- l) A não observância de qualquer disposição da Lei Federal nº13.709/2018 implicará responsabilidade solidária, salvo as exceções prevista no art.43 da Lei Federal nº13.709/2018.
- m) A CONTRATADA responderá pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados, quando comprovadamente deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art.46 da Lei Federal nº13.709/2018.
- n) As partes deverão cumprir a Lei nº13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quando a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- o) Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- p) É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PREFEITURA DE OURO PRETO

- q) A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- r) Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- s) É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- t) O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- u) O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- v) O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- w) Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- x) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- y) O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- z) Os contratos e convênios de que trata o parágrafo 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

23 PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

PREFEITURA DE OURO PRETO

Município de Ouro Preto - MG, 27 de março de 2026.

DENILSON JUNIOR CASTORINO

Departamento de Edificações

Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Ouro Preto, MG.